



PORTE
PAGO

12 MAIO, 1992
ANO XVII — N.º 802
CONTINENTE — 190\$00
MADEIRA — 220\$00
AÇORES — 240\$00
(IVA INCLUIDO)

Director: Vera Lagoa
Directores adjuntos: José Esteves Pinlo e Nuno Rogeiro

SAI ÀS 3.^{AS}

O Diabo

GANHE



**ESTA CÂMARA
DE VÍDEO**

■ Mais informações na pág. 31

Saramago: censor-saneador por conta do PC

TORQUEMADA DE PEDRA

Como ninguém se lembrou disso até agora (coisa estranha...), **O DIABO** resolveu contactar vários dos jornalistas censurados e saneados por Saramago, quando este era director e comissário político do PC no «Diário de Notícias». Publicamos hoje os primeiros depoimentos.

Adelino Alves:

■ «Fomos despedidos sem direito a um tostão pelo célebre e íntegro escritor-director»

Rui Tovar:

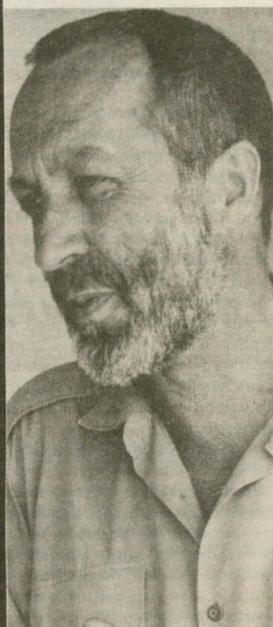
■ «O 'DN' de Saramago foi o jornal do PC, o jornal da censura, o jornal da vergonha»

Handel de Oliveira

■ «Vivia-se um ambiente de terror na redacção do 'DN'»

■ CENTRAIS

Ex-inspector da PIDE dá a cara:



«Se assinasse uma confissão forjada davam-me a liberdade»

■ Óscar Cardoso deu uma extensa entrevista ao nosso jornal na sua propriedade alentejana. Faz importantes revelações e desmente o «Expresso».

■ Págs. 6, 7 e 18

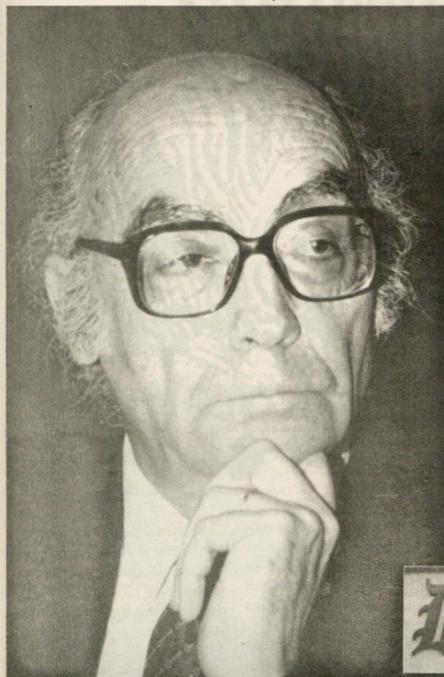
«TIMOR AMORDAÇADO»

■ Directores de jornais nacionais falam-nos sobre a anunciada edição chinesa do livro de Mário Soares em que o actual PR mantém a frase «Timor, que é uma ilha indonésia com pouco a ver com Portugal»...

■ Pág. 4

Jornalistas saneados por Saramago recordam a sua actuação como director do «DN»

TORQUEMADA DE PEDRA



■ Todos fizeram a sua carreira profissional no jornalismo. Mas o sucesso das suas vocações não os fez esquecer o período sombrio de 1975, quando foram saneados do «DN» por Saramago, hoje acérrimo defensor da liberdade mas outrora um poderoso implacável instrumento da censura comunista. Começamos nesta edição a publicar as recordações de vários jornalistas, que viveram — e sofreram — a direcção de um Torquemada «com coração de pedra», hoje transformado em génio literário e libertário.

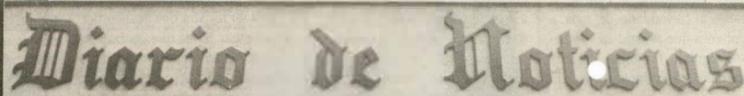
Maria João Baptista

A O impedir que José Saramago figurasse na lista dos escritores nacionais propostos pelo Governo português como candidato ao Prémio Literário Europeu, o subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, viu-se logo envolvido numa onda de polémica e contestação claramente organizada. Dentro e fora do País. É evidente que o alvo não é Sousa Lara, mas tão-só o Governo. Só que, desde Saramago a vários dos

seus apoiantes e defensores, poucos têm autoridade moral para falar de censura. Que não houve. Houve uma escolha como lhe compete. E Sousa Lara escolheu. Sousa Lara invocou em defesa da sua decisão o facto de «O Evangelho segundo Jesus Cristo» atacar os princípios religiosos dos cristãos portugueses. Mas os seus críticos não deixaram de lhe apontar que em democracia o Estado não pode intervir nem censurar a criação literária, e muito menos definir o que são «princípios reli-

giosos» e o que é o gosto do povo português. Embora sejam eles que, habitualmente, se manifestam representantes do povo. Nos últimos dias proclamou-se até o regresso do Santo Ofício e invocou-se o princípio da separação entre a Igreja e o Estado. Muito se disse e ainda é dito, mas não deixa de ser curioso que Saramago e muitos que tão acaloradamente o defendem, entre os quais jornalistas, pareçam ter esquecido o tempo em que o próprio escritor representou, por sua vez, o papel

de um Torquemada luso e acérrimo defensor da vontade comunista, o instrumento da censura de um Estado altamente intervencionista. A actuação de Saramago na direcção do «Diário de Notícias» teve a sua maior e mais excrível expressão no saneamento de 24 jornalistas que «ousaram» discordar da política censória seguida pelo jornal, nessa época totalmente dominada pelo PC. Falámos com alguns destes jornalistas, que nos relataram o que foi a actuação de um «director-censor» que se considera hoje um escritor «censurado». Começamos pelos depoimentos dos jornalistas Händel de Oliveira, Adelino Alves e Rui Tovar. ■



Rui Tovar (*)

O «DN» de Saramago: o jornal da vergonha

FALAR do «Diário de Notícias» durante o período sombrio da minha vida de jornalista. A direcção do jornal, afecta ao Partido Comunista, empreenderia, nessa altura, uma política de tamanha repressão interna que a tão falada censura do Estado Novo não passava de ingénuo instrumento, se comparada com os mil ódios e entraves que da «Nova Ordem» emanavam. E para que não se julgue que me escudo em generalizações vagas e menos justas, avançaria com alguns exemplos: — As reportagens no aeroporto sobre a chegada de retornados, nas quais «não era conveniente» dar a conhecer a verdade relativamente à notável descolonização em curso, e que levava o trabalho a ser amputado e reduzido a insignificante local. — As manifestações dos outros partidos, como a do dia 2 de Maio de 1975, organizada pela PS e o que se associaram outras formações partidárias (excepto naturalmente o PC). A cobertura do acontecimento por mim efectuada foi reduzida para umas — escassas linhas, com o requinte de a fotografia não dar, propositadamente, a verdadeira noção do nú-

mero de manifestantes (tais truques eram, de resto, frequentes). — E, sobretudo, a incrível página semanal da responsabilidade (!) da 5.ª Divisão de Varela Gomes, que transformava abusivamente o «DN» num «Avante» de má memória. Um expediente que — via «DN» também — quase conduziu o País à guerra civil. A nossa insatisfação perante tais factos que, para além do mais, colocavam em perigo a própria integridade física quando das reportagens diariamente a efectuar (por duas vezes fui forçado a utilizar a minha melhor velocidade de para não ser agredido) levou a que um grupo de 24 jornalistas pusesse em causa a orientação então vigente e procurasse, pelo diálogo, uma solução. Reaccionários infiltrados e perigosos meliantes foram os rótulos mais simpáticos que então nos aplicaram. Seguiu-se o saneamento, alarvemente aplaudido por centena e meia de «revolucionários», entre 2500 empregados da empresa. O diálogo que o FC sempre disse subscrever, foi aqui letra morta. Puderam! Não fosse ele (o diálogo) pôr a nu a perversidade do sistema.



«Entre Março e final de Agosto de 75, quando fui afastado, o «DN» foi o jornal do PC, o jornal da censura, o jornal da vergonha.»

Posso dizer, sem recalamentos, que entre Março e final de Agosto de 75, quando fui afastado, o «DN» foi o jornal do PC, o jornal da censura, o jornal da vergonha. Afinal, o saneamento, pelo que de profíctico para mim representou, acabou por ser um bem. ■

(*) Jornalista desportivo na RTP.

Händel de Oliveira (*)

VIVIA-SE um ambiente de terror na redacção do «Diário de Notícias» naquele princípio de Primavera de 1975. Tinha-se dado o 11 de Março. Os comunistas eram donos e senhores de Portugal e quem não fosse do partido receava ser despedido a todo o momento. Saneado como se dizia em boa linguagem revolucionária. Um ano antes, logo após o 25 de Abril, tinham já saneado selvaticamente o director Fernando Fragoso e o chefe de redacção João Coito, apesar dos protestos e das petições de cerca de duas centenas de trabalhadores da empresa. Dos protestos, das petições e de todas as diligências que uma comissão chefiada por Sebastião Cardoso, grande jornalista e homem de corpo inteiro fez junto das altas instâncias de então (lembra-se Dr. Raul Rego, quando nos recebeu no seu gabinete de ministro da Informação, no Palácio Foz?). Os abrilheiros, como chamamos oportunistamente que se proclamaram em comunistas só depois da Revolução dos Cravos (pareciam uma praga como a célebre dos gafanhotos do Egipto, não estavam satisfeitos. Queriam sempre mais, não pararam enquanto não eliminaram todos os que se lhe opunham. Os plenários de trabalhadores sucediam-se. As reivindicações e exigências. Tão grande e tão implacável era o ódio que nem os socialistas escaparam à sua sanha destruidora, como Ribeiro da Silva e José Carlos de Vasconcelos, nomeados director e subdirector do jornal logo após a revolução e que se opuseram sempre a saneamentos selvagens (quando se deram, os dois citados acima, ainda eles não tinham tomado posse). Saída esta direcção, pouco tempo depois do 11 de Março, apareceram como director José Saramago e como director adjunto Luís de Barros, cuja palavra de ordem foi a de não

parar até «partir os dentes à reacção». Isto é, não se ter um minuto de descanso até que fossem saneados todos os que não fossem comunistas. ● Medo e injustiça — A perseguição era tão cruel que até comunistas autênticos, honestos e íntegros, que também os há e que conhecia de antes do 25 de Abril e entre os quais contava e conto grandes amizades, protestavam a medo contra tanta injustiça. Alguns vinham ter comigo às escondidas e aconselhavam-me: «Nós já sabemos, Händel, que tu és salazarista, que defendes o Portugal plurirracial e multicontinental, etc. Já sabemos que não mudaste, por isso não é preciso estares agora a repetir isso. Continua a pensar como quiseres, nós respeitamos as tuas opiniões como tu sempre respeitaste as nossas, mas agora tens de estar calado.» Eu, sem abdicar das minhas posições, procurava seguir-lhes o conselho e cumprir o melhor que podia e sabia os trabalhos que me marcavam na agenda. Nunca mais esqueço até que, em várias conferências de Imprensa dadas pelo Partido Comunista, o Dr. Alvaro Cunhal nunca deixou de responder a perguntas que lhe dirigia em representação do «Diário de Notícias», ao contrário do que sucedia com outros colegas meus. Voltámos à direcção de Saramago e Luís de Barros. O primeiro era para mim um ilustre desconhecido na altura, confesso-o e penitencio-me disso. Quanto a Luís de Barros, mais novo do que eu, conhecia-o dos tempos da Mocidade Portuguesa e depois de uma organização de extrema-direita a que pertenceu e de, salvo erro, foi fundador, «Jovens de Portugal». Nesse Abril de 1975 estava muito doente e acabei por ter sido submetido a duas melin-



«Ainda hoje estou à espera de que Saramago me diga por que me tirou a única fonte de receita que eu tinha para comprar o pão de cada dia.»

drosas operações cirúrgicas na Clínica de Todos-os-Santos, pelo Prof. Baptista Fernandes. O ambiente na redacção era cada vez mais deprimente. Há muito que tínhamos acabado com as noctivagas partidas de póquer de cartas: com as animadas ceias, lá em cima, no terraço; e com as barulhentas brincadeiras, próprias de homens jovens e unidos por laços de camaradagem. Até o Sebastião Cardoso só raramente se entreteinha, nas madrugadas de piquete como subchefe de redacção, a fazer as suas tradicionais paciências de cartas. ● Ameaça e saneamento — Nas vésperas de ser internado fui chamado ao Luís de Barros,

Saramago, versão 75

executante fidelíssimo das decisões do director Saramago. Propôs-me que pedisse a demissão do jornal, pois caso contrário os trabalhadores votariam em plenário o meu saneamento. Como a consciência de nada me acusava recusei frontalmente a proposta, muito embora soubesse, desde dias antes, que dois colegas meus, ainda hoje vivos e bem vivos, cujo nome omito por razões óbvias, a tivessem aceite. Acusavam-nos, pura e simplesmente, de anti-comunistas. A ameaça cumpriu-se. E soube que num plenário no dia 17 de Abril foi apresentada a proposta do meu saneamento, juntamente com a de mais quatro colegas de redacção, dos quais me lembro de dois: o Armando de Almeida e o Martinho Simões, dos mais antigos e respeitados jornalistas do «Diário de Notícias» e da classe. Logo no dia seguinte, a 18, e apesar de estar com comprovada parte de doente, escrevi ao director José Saramago, que nunca tinha aparecido na redacção desde a sua posse. Nela dizia nomeadamente que «como a consciência de nada me acusa e como desconheço por completo o motivo ou motivos em que se baseia essa proposta (de saneamento), venho por este meio pedir apenas a V. Ex.ª que me seja dada a oportunidade de me defender. Peço exclusivamente aquilo que em qualquer país do mundo não se nega nem sequer ao autor do crime mais horrendo — a defesa da acusação ou acusações que lhe são formuladas». Acrescentava que, como o assunto já era do conhecimento público, ia dar conhecimento do teor da carta aos trabalhadores da empresa. O director refugiou-se no silêncio tal como a comissão de trabalhadores. Até ao presente, nenhuma resposta recebi. Carta idêntica escrevi ao então presidente do conselho de administração da empresa,

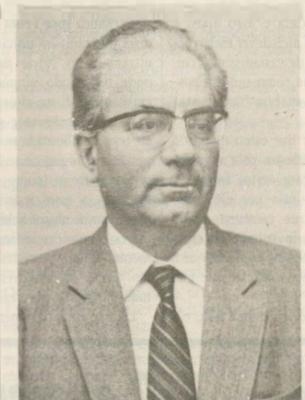
coronel Marcelino Marques, e também este «aos costumes disse nada». ● Motivos invocados — Entretanto fui internado na Clínica e efectuei a primeira intervenção cirúrgica, a 21 de Abril. Cheguei o fim do mês e minha mulher foi ao jornal receber o meu ordenado. Dado que ninguém me tinha feito qualquer comunicação sobre a minha situação no jornal (nem direcção, nem administração, nem comissão de trabalhadores), tudo o que sabia era o de ouvir dizer, foi com natural espanto que verifiquei que apenas me pagavam o ordenado até ao dia 20. Isto apesar de estar com baixa médica e internado. Voltei a escrever ao presidente do conselho de administração. Por três vezes, em cartas registadas e com aviso de recepção. Telefonei vezes sem conta para a direcção do jornal, para José Saramago e para o seu factótum Luís de Barros. Nunca estavam, não podiam atender e a única informação que obtive foi a de que o assunto era da exclusiva responsabilidade da secção do pessoal. Esta, por sua vez, dizia que não sabia de nada. Assim andámos durante dois meses, até que a 11 de Junho de 75 assinada por Marcelino Marques, após tanto insistir, recebi uma carta justificativa da minha situação. Reza assim: «Fomos informados pelos órgãos representativos dos trabalhadores que estes se opõem à vinculação de V. Ex.ª a esta empresa a partir do dia 20 de Abril do ano em curso, bem como à comparência no respectivo local de trabalho, e estão dispostos a usar de todas as formas adequadas para concretizar tal oposição. Não obstante o total alheamento desta administração em relação àquele processo de oposição dos trabalhadores de que V. Ex.ª foi objecto, verifica-se, por força do mesmo, a

impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, de V. Ex.ª prestar o trabalho. Em consequência vemos-nos forçados a constatar que o referido contrato de trabalho caducou, pelo apontado motivo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 100.º do Dec.-Lei n.º 49/68. A alínea evocada desta lei, que os comunistas classificavam de fascista, mas que não lhes repugnava utilizar, desde que servisse para satisfazer os seus fins, dizia que era motivo de despedimento com justa causa todo aquele que ficasse impossibilitado de comparecer no local do trabalho. Como neste caso concreto os trabalhadores anunciavam que se iam opor à minha entrada no jornal — o que nunca aconteceu, nem antes nem depois dos factos relatados; e muito embora a administração sublinhasse «total alheamento» àquela decisão, despedia-me com justa causa. Quanto à posição da direcção de Saramago ainda hoje estou à espera que me diga porque é que me tirou a única fonte de receita que tinha para comprar o pão de cada dia. Mais comentários para quê? Uma nota final: um ano mais tarde, cheguei a acordo amigável com a nova administração do «Diário de Notícias» e, conforme constava do processo que estava a mover ao jornal, fui indemnizado e foi-me reconhecida a possibilidade de regressar na empresa. O democrata Saramago, afinal, mais do que censurar os textos dos jornalistas, procurava eliminá-los, mas desta vez não o consegui. Lisboa, 7 de Maio de 1992. ■

Adelino Alves (*)

No consulado comunista de Saramago

É do conhecimento geral que, em consequência da libertação política a que o «25 de Abril» deu origem (quando tudo poderia ter corrido construtivamente, à semelhança da mudança que os nossos vizinhos espanhóis conseguiram fazer), uma das conquistas mais apetecidas pelos comunistas era o mundo da Comunicação Social, incluindo a rádio e televisão e os jornais. Houve de tudo, até um, o NOVIDADES que, com alguma precipitação, decidi fazer *hara-kiri*, quando mais se impunha a sua presença, embora com outra voz e outra cara, numa sociedade desajustada de defender os valores divinos e humanos. No que ao DIÁRIO DE NOTÍCIAS, respectiva, houve um breve interregno, antes do assalto, com a presença duma direcção de que fazia parte o Dr. José Ribeiro dos Santos, que tinha tanto de generosidade quanto de ingénuo. O seu fito era o «refrescar da Redacção», segundo a frase que lhe era peculiar. Isso veio a acontecer quando os comunistas, comandados por um vulgar e barbudo empregado da secretaria da Redacção, pôs a direcção do jornal... ao fresco! Foi assim, logo que sou a hora diabólica do «11 de Março», com a entrada da nova direcção, em que era senhor absoluto (embora ridiculamente velado por Luís de Barros) e estrénuo defensor da «civilização» comunista, um indivíduo que ultimamente tem andado na crista da onda, só porque escreveu um livro que começou por ter errado o título: «O Evangelho segundo Jesus Cristo», quando o é, segundo o Saramago. Logo, após o fim, sem asas para manter no ar qualquer interesse, para além de certo estalo de inteligência que, no campo da religião, são culturalmente analfabetas, alfrades daquelas «inteligências imbecis» de que falava e com que contava o José Estaline...



«Sugiro ao laureado escriba que congemine em outro livro a que poderia dar o título: «Como eu fiz o cerco ao «DN»»

José Saramago, depois de um discurso de circunstância em que disse ao que vinha, meteu mãos à obra, transformando o veterano da Avenida num pasquim em que todos deixaram de acreditar. E sabem-no os que vieram depois, quão difícil foi restaurar o bom nome e a imagem do centenário matutino. No consulado comunista de Saramago houve um grupo de jornalistas (a seu número

eu pertenço) que gritaram, como Pedro de Bragança, nas margens do Ipiranga: «Independência ou morte!» Éramos inicialmente trinta, mas a fraqueza de espírito e a incerteza da manjedoura deram em ceilar no grupo e seis ficaram pelo caminho, entre eles quem era da MP e da LP. Salazar não queria ressuscitar, é óbvio. Os «24», como ficaram registados para a História do Jornalismo Lusitano, escreveram o seu protesto, justificando a insubmissão tomada: o DIÁRIO DE NOTÍCIAS surgia agora nas bancas e debaixo do braço dos ardinas, recheado de mentiras, porque suas notícias eram passadas a pente fino, como é da especialidade comunista. O audacioso gesto tinha seus riscos, como logo se viu: depois de aceites as autocriticas dos seis «relapsos», os demais foram, sem mais aquelas, postos no olho da rua, por decisão de inescrutáveis plenários vermelhos (a que, como anjo tutelar, estava presente o Saramago), presididos, claro, pelo tal manga-de-alpaca barbudo. E foram (fomos) despedidos sem direito a um tostão de indemnização. O célebre e íntegro escritor-director não se preocupou minimamente em saber se tínhamos quaisquer meios de nos mantermos a nós e nossos filhos... O «caso» do DIÁRIO DE NOTÍCIAS continua ainda a enochar os nomes dos seus responsáveis que, após o «25 de Novembro», não rejeitaram os vencimentos, depois de suspensos das funções. Sugiro ao laureado escriba que congemine um outro livro a que poderia dar o título de «Como eu fiz o cerco ao Diário de Notícias». Seria o primeiro que lhe compraria e talvez até o lesse. O primeiro com que perderia o meu tempo. ■

(*) Director do «Jornal de O Dia».